

**SIMÕES TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.**  
**CNPJ Nº 31.326.865/0001-76**  
**NIRE 35.300.520.513**

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2023**

1. **Data, Hora e Local:** Aos 13 dias de novembro de 2023, às 10:30 horas, na sede social da **SIMÕES TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.** (“Companhia”), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2.041, 20º andar, Sala 10, Torre D, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011
2. **Presença:** Foram cumpridas, no Livro de Presença de Acionistas, as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº 6.404/76. Compareceram à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia.
3. **Convocação:** Dispensada na forma do artigo 124 § 4º da Lei nº 6.404/76, em razão da presença de todos os acionistas da Companhia.
4. **Composição da Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. **Nilton Bertuchi** e secretariados pela Sr. **Luiz Guilherme Godoy Cardoso de Melo**.
5. **Ordem do Dia:**
  - 5.1. **Em sede de Assembleia Geral Ordinária (i)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, conforme demonstrações financeiras da Companhia anexas à presente ata; e **(ii)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido e a respectiva distribuição de dividendos; **(iii)** Deliberar acerca da autorização à Diretoria da Companhia para a formalização das deliberações havidas nesta Assembleia;
  - 5.2. **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (i)** Deliberar sobre o aumento de capital da Companhia em R\$ 3.414.767,00 (três milhões, quatrocentos e quatorze mil, setecentos e sessenta e sete) reais, com a emissão de 3.414.767 (três milhões, quatrocentos e quatorze mil, setecentos e sessenta e sete) ações ordinárias, mediante a capitalização de créditos detidos pelo acionista em face da Companhia no valor total de R\$ 3.414.767,00 (três milhões, quatrocentos e quatorze mil, setecentos e sessenta e sete reais) (“Aumento de Capital”); **(ii)** a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social de modo a refletir o Aumento de Capital da Companhia; e **(iii)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia.
  - 5.3. **Deliberações:** As matérias constantes da ordem do dia foram colocadas em discussão e

votação, tendo sido tomadas as seguintes deliberações, por unanimidade e sem ressalvas:

- 5.4. Registrar que a ata que se refere a esta Assembleia Geral Ordinária será lavrada em forma de sumário, de acordo com o artigo 130 § 1º da Lei 6.404/76.
- 5.5. Aprovação, integral e sem reservas, das contas dos administradores, bem como das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as quais seguem anexas à presente ata (**Anexo III**).
- 5.6. Consignação de que não serão distribuídos dividendos pela Companhia em razão do lucro líquido apurado no exercício no montante R\$ 23.783.678,12. (Vinte de três milhões, setecentos e oitenta e três mil, seiscentos e setenta e oito reais e doze centavos), corresponder a lucros não realizados. Do lucro apurado foram constituídas as seguintes reservas: a) reserva legal de R\$ 1.189.183,91 (Hum milhão, centos e oitenta e nove reais, centos e oitenta e três reais e noventa e um centavos) e b) reserva de lucros a realizar de R\$ 22.594.494,21 (Vinte e dois milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e vinte e um centavos).
- 5.7. Aprovar o aumento do capital social da Companhia em de R\$ 3.414.767,00 (três milhões, quatrocentos e quatorze mil, setecentos e sessenta e sete) reais, mediante a emissão de 3.414.767 (três milhões, quatrocentos e quatorze mil, setecentos e sessenta e sete) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, a um preço por ação de R\$1,00 (um real), fixado com base no artigo 170, §1º, da Lei nº 6.404/76, a ser integralmente destinado à conta do capital social, mediante a capitalização de créditos detidos pelos acionistas em face da Companhia no valor total de R\$ 3.414.767,00 (três milhões, quatrocentos e quatorze mil, setecentos e sessenta e sete) reais.
  - 5.7.1 Subscrição e Integralização. As ações ordinárias ora emitidas são subscritas e integralizadas nesta data mediante a capitalização dos créditos detido pelo acionista em face da Companhia, na forma do boletim de subscrição que constituem o **Anexo I** à presente ata.
- 5.8. Em razão da aprovação do aumento de capital social, conforme item (i) da Ordem do Dia da presente Assembleia Geral Extraordinária, por unanimidade, os acionistas aprovam a alteração Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, o qual deverá passar a vigorar com a seguinte redação:

*“Artigo 5º - O Capital Social da Companhia é de R\$ 111.863.944,00 (cento e onze milhões, oitocentos e sessenta e três mil, novecentos e quarenta e quatro reais), representado por 111.863.944 (cento e onze milhões, oitocentos e sessenta e três mil, novecentos e quarenta e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal totalmente subscritas e integralizadas.”*

- 5.9. Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que, já refletindo as alterações acima deliberadas, passa a vigorar conforme a redação constante do **Anexo II** da presente ata.
6. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada pelos membros da Mesa e pelos acionistas presentes à Assembleia.
7. **Assinaturas:** Presidente: Nilton Bertuchi; Secretário: Luiz Guilherme Godoy Cardoso de Melo; Acionista: LC Energia Holding S.A., (por Nilton Bertuchi e Luiz Guilherme Godoy Cardoso de Melo).

São Paulo, 13 de novembro de 2023.

*- Certifico que a presente é cópia fiel da Ata de Assembleia Geral Ordinária da SIMÕES TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A., realizada em 13 de novembro de 2023 assinada por todos os presentes e lavrada em livro próprio -*

**Mesa**

\_\_\_\_\_  
**Nilton Bertuchi**  
Presidente

\_\_\_\_\_  
**Luiz Guilherme Godoy Cardoso de Melo**  
Secretário

**Acionista:**

**LC ENERGIA HOLDING S.A.**

\_\_\_\_\_  
Nome: Nilton Bertuchi  
Cargo: Diretor

\_\_\_\_\_  
Nome: Luiz Guilherme Godoy Cardoso de Melo  
Cargo: Diretor

**Contador:**

\_\_\_\_\_  
**Leandro Barbalho de Brito**  
CRC/RJ 092334/09

**Visto da Advogada**

\_\_\_\_\_  
**Beatriz Meira Curi**  
OAB/SP 425.105

## ANEXO I

**SIMÕES TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.**  
**CNPJ Nº 31.326.865/0001-76**  
**NIRE 35.300.520.513**

### BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO

**SUBSCRITOR:** LC ENERGIA HOLDING S.A., única acionista, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2.041, 20º andar, Sala 12, Complexo JK, Torre D, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 32.997.529/0001-18, com os atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.533.160.

**NÚMERO DE AÇÕES SUBSCRITAS:** 3.414.767 (três milhões, quatrocentos e quatorze mil, setecentos e sessenta e sete) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

**PREÇO DE EMISSÃO DE CADA AÇÃO:** R\$1,00 (um real).

**VALOR TOTAL DE EMISSÃO:** R\$ 3.414.767,00 (três milhões, quatrocentos e quatorze mil, setecentos e sessenta e sete) reais.

**FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO:** 3.414.767,00 (três milhões, quatrocentos e quatorze mil, setecentos e sessenta e sete) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal serão integralizadas mediante capitalização de créditos detidos em face da Companhia.

São Paulo, 13 de novembro de 2023.

**LC ENERGIA HOLDING S.A.**

---

**Nome: Nilton Bertuchi**  
**Cargo: Diretor**

---

**Nome: Luiz Guilherme Godoy**  
**Cardoso de Melo**  
**Cargo: Diretor**

---

**Nilton Bertuchi**  
(Presidente da Mesa)

---

**Luiz Guilherme Godoy Cardoso**  
**de Melo**  
(Secretário da Mesa)

Página 4 de 6 da ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A. realizada no dia 13 de novembro de 2023

## **ANEXO II**

### **SIMÕES TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.**

CNPJ/ MF nº 31.326.865/0001-76

NIRE 35.300.520.513

#### **CAPÍTULO I**

##### **DA DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO, SEDE E OBJETO SOCIAL**

**ARTIGO 1º** - A **SIMÕES TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.** é uma sociedade por ações de capital fechado (“**COMPANHIA**”) que se regerá pelo presente Estatuto Social e pela legislação vigente aplicável.

**ARTIGO 2º** - A **COMPANHIA** tem sua sede social localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041, 20º Andar – Torre D – Sala 10, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, onde funcionará seu escritório administrativo, podendo instalar e estabelecer filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios em qualquer parte do território nacional, por deliberação da Diretoria.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A Companhia possui 1 (uma) filial localizada na Cidade de Simões, Estado do Piauí, na Est. Rodovia 142, S/n, km Subestação Chapada I, Zona Rural, CEP 64.5855-000.

**ARTIGO 3º** - A **COMPANHIA** tem por objeto: explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica, prestado mediante a construção, montagem, operação e manutenção de subestações, linhas de transmissão e seus terminais, transformadores e suas conexões e demais equipamentos, localizada no Estado do Piauí, refere ao Lote nº 17 do Leilão nº 02/2018 ANEEL, incluindo os serviços de apoio administrativo, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos.

**ARTIGO 4º** - A Companhia possui duração por tempo determinado e seu prazo de duração é de 30 (trinta) anos a contar da data de seu arquivamento na Junta Comercial do Estado do São Paulo, podendo ser prorrogado até o fim dos recebíveis conforme legislação pertinente.

#### **CAPÍTULO II**

##### **CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

**ARTIGO 5º** - O Capital Social da Companhia é de R\$ 111.863.944,00 (cento e onze milhões, oitocentos e sessemata e três mil, novecentos e quarenta e quatro reais), representado por R\$ 111.863.944,00 (cento e onze milhões, oitocentos e sessemata e três mil, novecentos e quarenta e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal totalmente subscritas e integralizadas.

## **ANEXO II**

### **SIMÕES TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.**

CNPJ/ MF nº 31.326.865/0001-76

NIRE 35.300.520.513

**PARÁGRAFO ÚNICO** – É vedada a emissão de partes beneficiárias

**ARTIGO 6º** - A cada ação ordinária emitida pela **COMPANHIA** caberá um voto nas deliberações de acionistas.

**ARTIGO 7º** - Todas as ações de emissão da **COMPANHIA** serão escrituradas nos livros próprios da **COMPANHIA**, em nome de seus titulares.

**ARTIGO 8º** - As Ações são indivisíveis perante a **COMPANHIA**.

### **CAPÍTULO III ASSEMBLEIA GERAL**

**ARTIGO 9º** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social da **COMPANHIA** e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim exigirem, ou nos casos previstos em lei e neste Estatuto Social.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A Assembleia Geral somente poderá deliberar assuntos da ordem do dia constantes do edital de convocação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A Assembleia Geral será convocada pela Diretoria, ou nos termos da lei, e será presidida e secretariada por pessoas eleitas pela maioria dos acionistas presentes.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A primeira convocação da Assembleia Geral será feita com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência, contados da data de publicação do primeiro edital e, em segunda convocação, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A convocação dos acionistas estará dispensada das formalidades previstas neste artigo se todos os acionistas estiverem presentes na Assembleia Geral.

**ARTIGO 10º** - O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da **COMPANHIA** ou advogado.

## ANEXO II

### **SIMÕES TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.**

CNPJ/ MF nº 31.326.865/0001-76

NIRE 35.300.520.513

**ARTIGO 11º** – Salvo nos casos previstos em lei e neste estatuto social, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco, e observadas, quando for o caso, as disposições do acordo de acionistas arquivado na sede da **COMPANHIA**.

**ARTIGO 12º** - A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da **COMPANHIA** e tomar as deliberações que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sendo de sua competência privativa, além das matérias previstas em lei, as seguintes matérias:

- (a) decisão acerca de qualquer questão oriunda de contrato de EPC, de eventuais contratos de fornecimento de equipamentos, contrato de operação e manutenção, contratos de financiamento e de toda e qualquer autorização necessária ao desenvolvimento do seu objeto social, inclusive de ordem ambiental, independentemente do valor envolvido;
- (b) eleição e destituição dos membros da Diretoria, do Conselho Fiscal, se instalado e do Conselho de Administração, se criado;
- (c) tomada, anualmente, das contas dos Diretores e deliberação sobre as demonstrações financeiras da **COMPANHIA** por eles apresentadas;
- (d) assunção, por parte da **COMPANHIA**, de qualquer obrigação (considerada uma operação ou várias operações da mesma natureza dentro do mesmo exercício social) relacionada à operação e implementação (inclusive obrigações necessárias ou relacionadas à captação de recursos para a **COMPANHIA**) com valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) (sendo tal quantia atualizada pela variação do IGPM/FGV);
- (e) assunção, por parte da **COMPANHIA**, de qualquer obrigação (considerada uma operação ou várias operações da mesma natureza dentro do mesmo exercício social) não relacionada à operação e implementação com valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) (sendo tal quantia atualizada pela variação do IGPM/FGV);
- (f) alienação, venda, cessão, transferência, conferência ao capital, disposição, cancelamento ou substituição, de qualquer forma, direta ou indiretamente, a título gratuito ou oneroso ou outro negócio jurídico que resulte na transferência direta ou indireta da titularidade, pela **COMPANHIA**, por qualquer meio, de qualquer ativo da **COMPANHIA** que tenha valor igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) (sendo tal quantia atualizada pela variação do IGPM/FGV, ou qualquer promessa de fazer tal alienação);

## ANEXO II

### **SIMÕES TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.**

CNPJ/ MF nº 31.326.865/0001-76

NIRE 35.300.520.513

- (g) disposição, pela **COMPANHIA**, de quaisquer ativos fora do curso normal dos negócios da **COMPANHIA**, ou qualquer promessa de fazer tal disposição;
- (h) constituição de ônus e gravames, incluindo direitos reais de garantia, como penhor, hipoteca e anticrese, alienação fiduciária, usufruto, foro, pensão, encargos de terceiro e quaisquer promessas de firmar ou outorgar quaisquer dos anteriores, sobre quaisquer ativos da **COMPANHIA**, ou qualquer promessa de fazer tal constituição;
- (i) outorga, pela **COMPANHIA**, de qualquer garantia real ou fidejussória (incluindo aval) sobre qualquer obrigação de terceiro, ou qualquer promessa de outorgar quaisquer de tais garantias;
- (j) avaliação e aprovação de programas de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos Diretores e/ou empregados da **COMPANHIA**;
- (k) participação da **COMPANHIA** no capital de outras sociedades ou grupo de sociedades;
- (l) instrução aos representantes da **COMPANHIA** nas assembleias gerais ou reuniões de quotistas das sociedades nas quais a **COMPANHIA** detenha ou venha a deter, participação societária, no que diz respeito às matérias análogas às previstas neste Artigo 13;
- (m) amortização e resgate de ações de emissão da **COMPANHIA**;
- (n) participação em grupos de sociedades, incorporação, fusão, cisão, transformação ou qualquer outra forma de reorganização societária da **COMPANHIA**, inclusive incorporação de outras sociedades pela **COMPANHIA**;
- (o) alteração do Estatuto Social da **COMPANHIA**;
- (p) dissolução, liquidação, pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da **COMPANHIA**;
- (q) redução do capital social da **COMPANHIA**;
- (r) emissão de ações, títulos conversíveis em ações e quaisquer outros valores mobiliários, inclusive notas promissórias comerciais;
- (s) fixação ou alteração da política de dividendos da **COMPANHIA**;
- (t) criação de novas classes de ações e mudança das características das já existentes; e
- (u) abertura ou fechamento do capital social da **COMPANHIA**.

## **CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO**

Página 8 de 15 da ata de Assembleia Geral Ordinária da Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A. realizada no dia 13 de novembro de 2023

## **ANEXO II**

### **SIMÕES TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.**

CNPJ/ MF nº 31.326.865/0001-76

NIRE 35.300.520.513

**ARTIGO 13º** - A **COMPANHIA** será administrada por uma Diretoria, de acordo com os poderes conferidos pela legislação aplicável e por este Estatuto Social.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Os membros da administração da **COMPANHIA** serão investidos em seus respectivos cargos nos 30 (trinta) dias subseqüentes à eleição, mediante assinatura do termo de posse lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador, ficando dispensada qualquer garantia de sua gestão.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Os administradores deverão permanecer em seus cargos até a efetiva posse de seus substitutos.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Das reuniões da Diretoria serão lavradas atas no livro de Atas das Reuniões de Diretoria, conforme o caso, as quais deverão ser assinadas pelos Diretores presentes à reunião.

**PARÁGRAFO QUARTO** – São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à **COMPANHIA**, os atos de qualquer Diretor, procurador ou empregado que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados pela Assembleia Geral.

### **Seção I Diretoria**

**ARTIGO 14º** - A Diretoria da Companhia será composta de até 04 (quatro) membros, designados simplesmente como Diretores, residentes no país, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pela Assembleia Geral, e terão poderes e atribuições que a lei e o presente Estatuto Social lhes conferem para assegurar o funcionamento regular da Companhia

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O mandato dos membros da Diretoria será de 3 (três) anos, podendo haver recondução de seus membros. Os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - No caso de ausência temporária de qualquer Diretor, este poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito,

## ANEXO II

### **SIMÕES TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.**

CNPJ/ MF nº 31.326.865/0001-76

NIRE 35.300.520.513

por meio de carta ou fac-símile entregue a qualquer outro Diretor, ou ainda, por correio eletrônico digitalmente certificado, com prova de recebimento de qualquer outro Diretor.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Ocorrendo vaga na Diretoria, a nomeação do novo Diretor será determinada pela Assembleia.

**ARTIGO 15º** - As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros da Diretoria que participarem remotamente da reunião da Diretoria deverão expressar seus votos por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado.

**ARTIGO 16º** - Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Diretores fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas da Diretoria. Os votos proferidos por Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria ou que tenham se manifestado na forma do parágrafo 1º deste artigo, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas da Diretoria, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Diretor, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

**ARTIGO 17º** - Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei ou por este Estatuto Social, seja atribuída a competência à Assembleia Geral

**ARTIGO 18º** - No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos de ordinária administração necessários à consecução dos objetivos da Companhia atinentes ao seu cargo, observadas as disposições deste Estatuto Social quanto à forma de representação, à alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pela Assembleia Geral, incluindo discutir e aprovar a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar caução, avais e fianças, emitir, endossar, caucionar, descontar, sacar e avalizar títulos em geral, assim como abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas neste Estatuto Social.

## ANEXO II

### SIMÕES TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ/ MF nº 31.326.865/0001-76

NIRE 35.300.520.513

**ARTIGO 19º** - Compete ainda à Diretoria:

- (a) cumprir e fazer cumprir o disposto neste Estatuto Social e as deliberações da Assembleia Geral;
- (b) deliberar sobre abertura, o encerramento e a alteração de endereços de filiais, sucursais, agências, escritórios ou representações da Companhia em qualquer parte do País ou do exterior;
- (c) submeter, anualmente, à apreciação da Assembleia Geral, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior;
- (d) elaborar e propor, à Assembleia Geral o orçamento anual, os planos de negócios, operacionais e de investimento da Companhia, incluindo estratégias para implantação de tais negócios e aqueles relacionados ao ingresso em novos negócios;
- (e) a concessão de avais, fianças ou a prestação de qualquer outra forma de garantia pela Companhia;
- (f) a criação, por qualquer forma, de Ônus sobre qualquer ativo da Companhia;
- (g) a assunção de quaisquer obrigações ou a decisão de fazer novos investimentos (incluindo, mas não se limitando àquelas que resultem no pagamento de despesas) ou a celebração de quaisquer contratos pela Companhia;
- (h) a aprovação de quaisquer endividamentos da Sociedade relativos (a) a empréstimos tomados, (b) a emissão de notas promissórias ou outros Valores Mobiliários representativos de dívida, e (c) operações de leasing financeiro; e a Transferência de qualquer ativo ou Subsidiária da Sociedade.
- (i) Companhia considerar-se-á obrigada quando representada:
  - a. por quaisquer dois diretores assinando em conjunto;
  - b. por qualquer Diretor em conjunto com um procurador com poderes especiais, devidamente constituído na forma do parágrafo único; ou
  - c. por um procurador com poder especiais, devidamente constituídos na forma do parágrafo segundo abaixo.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Não obstante o disposto neste Artigo 19, a Companhia considerar-se-á devidamente representada, ativa e passivamente, perante repartições públicas federais, estaduais e municipais em geral, pela assinatura isolada de 1 (um) Diretor.

Página 11 de 15 da ata de Assembleia Geral Ordinária da Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A. realizada no dia 13 de novembro de 2023

## **ANEXO II**

### **SIMÕES TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.**

CNPJ/ MF nº 31.326.865/0001-76

NIRE 35.300.520.513

**PARÁGRAFO SEGUNDO** -As procurações serão outorgadas em nome da Companhia pela assinatura conjunta de 02 (dois) Diretores devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção das procurações outorgadas para fins judiciais e administrativos conferidas a advogados, serão válidas por no máximo 01 (um) ano.

### **CAPÍTULO V CONSELHO FISCAL**

**ARTIGO 20º** - A **COMPANHIA** terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, composto por 3 (três) membros e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos em Assembleia Geral, que lhes fixará os honorários, de acordo com a lei.

**ARTIGO 21º** - O Conselho Fiscal instalar-se-á, nos termos da lei, nos exercícios sociais quando houver pedido neste sentido de acionistas que representem, no mínimo, um décimo das ações com direito a voto, e exercerá as atribuições que a lei lhe confere.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O regulamento interno aplicável ao Conselho Fiscal será estabelecido pela Assembleia Geral que solicitar sua instalação.

### **CAPÍTULO VI EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**ARTIGO 22º** - O exercício social tem início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, data em que serão levantadas, observada a legislação pertinente, as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo a serem apresentadas à Assembleia Geral, juntamente com a proposta de destinação do lucro líquido do exercício.

**ARTIGO 23º** - Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição do Fundo de Reserva Legal, até que o mesmo atinja 20% (vinte por cento) do Capital Social.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Do saldo restante dos lucros, efetuada a dedução de que

## **ANEXO II**

### **SIMÕES TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.**

CNPJ/ MF nº 31.326.865/0001-76

NIRE 35.300.520.513

trata o artigo anterior, será distribuído um dividendo não inferior de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, pagável no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua deliberação em Assembleia Geral.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O saldo remanescente do lucro líquido terá a destinação que for determinada pela Assembleia Geral.

**ARTIGO 24º** - A **COMPANHIA** poderá declarar e distribuir, por deliberação da Diretoria, dividendos (i) intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral ou (ii) intercalares, à conta de lucros apurados em balanços especiais, com periodicidade trimestral ou inferior, conforme permitido em lei.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A **COMPANHIA** poderá pagar juros sobre capital próprio, na forma e nos limites da legislação aplicável.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Os dividendos intermediários e/ou intercalares e os juros sobre capital próprio declarados em cada exercício social poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do resultado do exercício social em que forem distribuídos.

**ARTIGO 25º** - Os dividendos distribuídos e não reclamados no prazo de 3 (três) anos reverterão em favor da **COMPANHIA**.

## **CAPÍTULO VII DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO**

**ARTIGO 26** - A **COMPANHIA** será dissolvida ou entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação, nomear o liquidante e tomar as demais deliberações previstas em lei.

## **CAPÍTULO VIII RESOLUÇÃO DE CONFLITOS**

Página 13 de 15 da ata de Assembleia Geral Ordinária da Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A. realizada no dia 13 de novembro de 2023

## ANEXO II

### **SIMÕES TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.**

CNPJ/ MF nº 31.326.865/0001-76

NIRE 35.300.520.513

**ARTIGO 27º** - Este Estatuto será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

**ARTIGO 28º** - Os acionistas e, quando aplicável, a **COMPANHIA**, envidarão seus melhores esforços para resolver amigavelmente quaisquer disputas, diferenças ou reclamações relacionadas a este Estatuto. Toda e qualquer reclamação feita por um acionista da **COMPANHIA** deverá ser submetida por escrito aos demais acionistas. Se os acionistas não chegarem a um acordo dentro de 30 (trinta) dias contados a partir do recebimento por escrito da notificação enviada, a questão será tratada e decidida de acordo com as disposições do artigo 29 abaixo.

**ARTIGO 29º** - Exceto pelas obrigações pecuniárias que envolvem a execução judicial e independentemente do decurso do período de 30 (trinta) dias acima, todas e quaisquer dúvidas, questões, disputas, controvérsias e reclamações decorrentes, relacionadas ou conexas a este estatuto social, incluindo qualquer questão sobre sua existência, validade, interpretação, exequibilidade, será submetida à arbitragem, realizada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá, de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá. O tribunal arbitral será composto de 3 (três) árbitros, indicados de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, a arbitragem será realizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e será conduzida em Português, de forma confidencial. Não obstante, os documentos podem ser apresentados na arbitragem em Português e/ou Inglês. O tribunal arbitral pode determinar o reembolso pela parte vencida de todos os custos e despesas de arbitragem que foram pagos antecipadamente pela parte vencedora, incluindo, sem limitação, com relação aos honorários advocatícios. A lei brasileira aplicável regerá esta cláusula arbitral, bem como os méritos da arbitragem.

**ARTIGO 30º** - Os acionistas e a **COMPANHIA** terão o direito, de forma condizente com este Estatuto Social, de pleitear em juízo medidas provisórias e/ou cautelares, de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, antes da constituição do tribunal arbitral, incluindo arresto ou medidas liminares anteriores à arbitragem, observado, porém, que depois de constituído, o tribunal arbitral terá competência exclusiva para considerar os pedidos de medidas provisórias e/ou cautelares, assim como para rever, modificar e/ou manter qualquer medida outorgada pelo Poder Judiciário. Ademais, qualquer acionista ou a **COMPANHIA** terá o direito de requerer a execução ou procedimento específico com relação a qualquer obrigação determinada sob este Estatuto Social.

**Parágrafo Único** – Para os casos descritos no artigo 30 acima, os acionistas e a **COMPANHIA**

Página 14 de 15 da ata de Assembleia Geral Ordinária da Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A. realizada no dia 13 de novembro de 2023

## ANEXO II

### **SIMÕES TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.**

CNPJ/ MF nº 31.326.865/0001-76

NIRE 35.300.520.513

elegem, quando aplicáveis, o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. Mesmo nos casos em que tenha sido concedida uma medida judicial provisória, o mérito da questão em disputa será decidido pelo tribunal arbitral. Quaisquer medidas judiciais disponíveis nos termos da Lei nº 9.307/96 apresentadas pelos acionistas ou pela **COMPANHIA** perante a autoridade judicial competente não serão consideradas uma infração ou renúncia ao acordo de arbitragem aqui descrito.

### **CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES GERAIS**

**ARTIGO 31º** - Os casos omissos neste Estatuto serão regulados pela legislação sobre as sociedades por ações, pelas demais disposições legais e por resoluções da Assembleia Geral.

**ARTIGO 32º** - A Diretoria deverá sempre se certificar de que os contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da **COMPANHIA** fiquem à disposição dos acionistas ou sejam prontamente disponibilizados quando solicitados.

**ARTIGO 33º** - A **COMPANHIA** obriga-se, no caso de abertura de capital, a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governança corporativa, inclusive aqueles descritos neste Estatuto Social, devendo a Diretoria tomar as medidas necessárias para formalizar tal adesão.

\*\*\*\*\*

## **ANEXO II**

**SIMÕES TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.**

CNPJ/ MF nº 31.326.865/0001-76

NIRE 35.300.520.513

## **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

# **Demonstrações Contábeis**

## **Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.**

31 de dezembro de 2022  
com Relatório do Auditor Independente

# Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

## Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2022

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis .....	1
Demonstrações contábeis	
Balço patrimonial .....	6
Demonstração do resultado .....	7
Demonstração do resultado abrangente .....	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....	9
Demonstração dos fluxos de caixa .....	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis .....	11

Este documento foi assinado digitalmente por Luiz Guilherme Godoy Cardoso De Melo, Nilton Bertuchi, Leandro Barbalho De Brito e Beatriz Meira Curi.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br> e utilize o código F4E9-E63B-28DC-2C36.

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos  
Administradores e Acionistas da  
**Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.**  
São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros assuntos - Demonstrações contábeis do exercício anterior examinadas por outro auditor independente

O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na nota 3.11, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor que emitiu relatório de auditoria sem modificação, com data de 30 de abril de 2022. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis de 2022, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa 3.11 que foram efetuados para alterar os valores correspondentes relativos às demonstrações contábeis de 2021. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício de 2021 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguuração sobre as demonstrações contábeis de 2021 tomadas em conjunto.

## Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

## Mensuração do ativo de contrato

Conforme divulgado na nota explicativa 3.2 às demonstrações contábeis, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa como contraprestação da obrigação de performance de construção. Conforme divulgado na nota explicativa 6, em 31 de dezembro de 2022, o saldo do ativo contratual da Companhia era de R\$213.170 mil. O ativo contratual refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência do serviço de construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo custo incorridos, margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita financeira pela remuneração dos ativos da concessão.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de construção da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, conforme divulgado na nota explicativa 3.2, requer o exercício de julgamento significativo, uma vez que a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais, mão de obra e margens de lucros esperada bem como as projeções das receitas esperadas, o que requer estimativas do tempo de duração da fase de construção. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo de contrato e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria.

### *Como nossa auditoria conduziu esse assunto*

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia, e entendimento dos controles internos relacionados ao reconhecimento das receitas e custos relacionados à execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da alocação da contraprestação prevista nos contratos de concessão a cada uma das obrigações de performance; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de insuficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo de contrato da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo de contrato e das respectivas receitas de construção, assim como as divulgações nas notas explicativas 3.2 e 6 são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

### **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



Building a better  
working world

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de outubro de 2023.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-034519/O

Francisco F. A. Noronha Andrade  
Contador CRC PE-026317/O

Este documento foi assinado digitalmente por Luiz Guilherme Godoy Cardoso De Melo, Nilton Bertuchi, Leandro Barbalho De Brito e Beatriz Meira Curi.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br> e utilize o código F4E9-E63B-28DC-2C36.

## Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021 (reapresentado)	01/01/2021 (reapresentado)
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.770	7	23.285
Contas a receber de clientes	5	1.335	-	-
Ativo contratual da concessão	6	12.469	5.322	-
Outros ativos circulantes		374	93	297
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>19.948</b>	<b>5.422</b>	<b>23.582</b>
<b>Não circulante</b>				
<b>Realizável a longo prazo</b>				
Ativo contratual da concessão	6	200.701	135.251	61.025
Depósitos judiciais e cauções		-	14	14
Outros ativos não circulantes		-	-	56
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>200.701</b>	<b>135.265</b>	<b>61.095</b>
<b>Imobilizado</b>				
<b>Total do imobilizado</b>		<b>46</b>	<b>46</b>	<b>-</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>200.747</b>	<b>135.311</b>	<b>61.095</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>220.695</b>	<b>140.733</b>	<b>84.677</b>
<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores		598	2.198	3.931
Empréstimos e financiamentos	7	1.870	29.484	27.160
Debêntures	8	12.488	36.560	27.876
Provisão para contrato oneroso	9	300	-	-
Outros passivos circulantes		457	480	919
<b>Total passivo circulante</b>		<b>15.713</b>	<b>68.722</b>	<b>59.886</b>
<b>Não circulante</b>				
Empréstimos e financiamentos	7	46.745	-	-
PIS e COFINS diferidos	10	7.781	13.003	5.645
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.1	6.566	4.122	-
Provisão para contrato oneroso	9	8.586	7.461	6.449
<b>Total passivo não circulante</b>		<b>69.678</b>	<b>24.586</b>	<b>12.094</b>
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social	12	108.449	17.801	17.666
Adiantamento para futuro aumento de capital	12	-	26.553	-
Reserva de lucros	12	26.855	3.071	-
Prejuízos acumulados		-	-	(4.969)
<b>Total patrimônio líquido</b>		<b>135.304</b>	<b>47.425</b>	<b>12.697</b>
<b>Total passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>220.695</b>	<b>140.733</b>	<b>84.677</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Este documento foi assinado digitalmente por Luiz Guilherme Godoy Cardoso De Melo, Nilton Bertuchi, Leandro Barbalho De Brito e Beatriz Meira Curi.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br> e utilize o código F4E9-E63B-28DC-2C36.

Este documento foi assinado digitalmente por Luiz Guilherme Godoy Cardoso De Melo, Nilton Bertuchi, Leandro Barbalho De Brito e Beatriz Meira Curi. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br> e utilize o código F4E9-E63B-28DC-2C36.

## Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

### Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021 (reapresentado)
Receita de infraestrutura, operação e manutenção e outras, líquidas	13	<b>52.029</b>	56.137
Remuneração dos ativos da concessão, líquida	13	<b>31.795</b>	16.053
Receita operacional líquida		<b>83.824</b>	72.190
Custos dos bens construídos e serviços prestados	14	<b>(52.116)</b>	(55.815)
Lucro bruto		<b>31.708</b>	16.375
Despesas e receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	15	<b>(1.457)</b>	(3.962)
Outras despesas operacionais	15	<b>(44)</b>	-
Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos sobre o lucro		<b>30.207</b>	12.413
Despesas financeiras	16	<b>(5.069)</b>	(251)
Receitas financeiras	16	<b>1.090</b>	-
Resultado financeiro líquido		<b>(3.979)</b>	(251)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<b>26.228</b>	12.162
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	<b>(2.444)</b>	(4.122)
Lucro líquido do exercício		<b>23.784</b>	8.040

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Demonstração do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	<b>23.784</b>	8.040
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<b><u>23.784</u></b>	<b><u>8.040</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Lucros (prejuízos acumulados)	Total
Saldos em 1º janeiro 2021 (Reapresentado)		17.666	-	-	-	(4.969)	12.697
Aumento de capital		135	-	-	-	-	135
Adiantamento para futuro aumento de capital recebido	12	-	26.553	-	-	-	26.553
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	8.040	8.040
Reserva legal	12	-	-	154	-	(154)	-
Reserva de lucros a realizar	12	-	-	-	(2.917)	(2.917)	-
Saldos em 31 dezembro 2021 (reapresentado)		17.801	26.553	154	2.917	-	47.425
Aumento de capital	12	<b>90.648</b>	<b>(26.553)</b>	-	-	-	<b>64.095</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	<b>23.784</b>	<b>23.784</b>
Reserva legal	12	-	-	<b>1.189</b>	-	<b>(1.189)</b>	-
Reserva de lucros a realizar	12	-	-	-	<b>22.595</b>	<b>(22.595)</b>	-
Saldos em 31 dezembro 2022		<b>108.449</b>	-	<b>1.343</b>	<b>25.512</b>	-	<b>135.304</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021 (reapresentado)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	26.228	12.162
<i>Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:</i>		
Depreciação	5	-
Encargos financeiros sobre empréstimos	2.550	2.324
Encargos financeiros sobre debêntures	4.346	3.683
Provisão para contrato oneroso	1.424	1.013
Receita do ativo contratual da concessão	(92.440)	(79.548)
PIS e COFINS diferidos	7.932	7.358
	<b>(49.955)</b>	<b>(53.008)</b>
Variações dos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	(1.335)	-
Depósitos judiciais	14	-
Ativo contratual da concessão	6.689	-
Outros ativos	(281)	260
Variações dos passivos operacionais		
Fornecedores	(1.600)	(1.733)
Outros passivos	(22)	(440)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(5.385)	-
Juros pagos de debêntures	(5.712)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<b>(57.587)</b>	<b>(54.921)</b>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(5)	(46)
Caixa líquido aplicado nas em atividades de investimento	<b>(5)</b>	<b>(46)</b>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Recursos provenientes de aumento de capital	64.095	-
Recursos provenientes de adiantamento para futuro aumento de capital	-	26.688
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos	49.567	-
Recursos provenientes de debêntures	-	5.001
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(27.601)	-
Pagamento de debêntures	(22.706)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<b>63.355</b>	<b>31.689</b>
	<b>5.763</b>	<b>(23.278)</b>
Aumento (redução) líquido do caixa e equivalentes de caixa		
Varição do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	7	23.285
No final do exercício	5.770	7
Varição em caixa e equivalentes de caixa	<b>5.763</b>	<b>(23.278)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Contexto operacional

### 1.1. Objeto social

A Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”), é uma sociedade constituída como “Sociedade Anônima” de capital fechado e domiciliada no Brasil. A sede social da Companhia está localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, 23º andar - torre D - Sala 9, Vila Conceição, na cidade de São Paulo - SP.

A Companhia é diretamente controlada pela LC Energia Holding S.A.

A Companhia tem por objeto social explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia, prestado mediante a construção, montagem, operação e a manutenção de subestações, linhas de transmissão e seus terminais, transformadores e suas conexões e demais equipamentos, incluindo os serviços de apoio administrativo, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições, e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos.

### 1.2. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

Em 21 de setembro de 2018, a Companhia assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o contrato de concessão nº 28/2018 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão pelo prazo de 30 anos.

As instalações de transmissão estão localizadas no estado do Piauí, e são compostas pela Subestação Chapada I - Chapada II, em 230 kV, circuito simples com extensão aproximada de 12 km, com origem na Subestação Chapada I e término na Subestação Chapada II, e pela Linha de Transmissão Chapada II - Chapada III, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 18 km, com origem na Subestação Chapada II e término na Subestação Chapada III; pelo pátio novo em 138 kV na SE Chapada I 230/138-13,8 kV, 2 x 200 MVA; conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, , instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

<b>Contrato de Concessão ANEEL nº</b>	<b>Prazo da concessão</b>	<b>Início da operação prevista em contrato</b>	<b>Índice de reajuste anual do contrato</b>
Nº 28/2018	21/09/2018 a 21/09/2048	21/07/2022	IPCA

A data de entrada em operação comercial foi entre 09 e 23 de junho de 2022, sendo 13 funções de transmissão com TLD emitidos e 7 com TLP emitidos.

# Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Contexto operacional--Continuação

### 1.2. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica--Continuação

A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o recebimento de Receita Anual Permitida (RAP), a partir da data da disponibilização das instalações para a operação comercial

A receita anual permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, no valor histórico de R\$9.350. Tal receita anual permitida (RAP) é corrigida anualmente pelo IPCA no mês de julho de cada ano, nos termos das cláusulas do contrato de concessão. A RAP é acrescida das despesas de PIS/COFINS conforme definido contratualmente. Em dezembro de 2022 o valor corrigido da RAP é de R\$23.312 (R\$10.884 em 31 de dezembro de 2021:), conforme resolução homologatória 3067/2022.

A receita anual permitida (RAP) será faturada pela Companhia, em duodécimos, a cada mês civil, contra os usuários da rede básica, conforme regulamentação da ANEEL e condições estabelecidas no Contrato de Prestação de Serviço de Transmissão - CPST, bem como definições do ONS (Operador Nacional do Sistema).

#### Revisão tarifária

A ANEEL procederá a revisão da Receita Anual Permitida - RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do contrato de concessão, utilizando uma metodologia de cálculo com base no custo de Capital de Terceiros.

A próxima revisão tarifária está prevista para 1º de julho de 2024.

#### Reforço nas instalações

##### *Resolução nº 9.331*

Em 13 de outubro de 2020, a ANEEL autorizou a Companhia, através da resolução autorizativa nº 9.331, substituída pela resolução nº 9.981 em 18 de maio de 2021, a implantar reforços nas instalações de transmissão sob sua responsabilidade, assim como estabeleceu os valores das correspondentes parcelas de Receita Anual Permitida - RAP e prazo de execução para estes reforços.

O escopo do Reforço consiste na instalação de três autotransformadores monofásicos de 200MVA cada na tensão primária de 500kV, secundária de 230kV e terciária de 13,8kV, com possibilidade de inclusão de uma quarta unidade que ficará como reserva fria para as demais.

# Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Contexto operacional--Continuação

### 1.2. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica--Continuação

#### Reforço nas instalações--Continuação

##### *Resolução nº 9.331--Continuação*

A entrada em operação comercial do Reforço ocorreu em 08 de agosto de 2023. Conforme resolução nº 9.331, após a conclusão do Reforço foi incorporada uma RAP adicional no montante de R\$6.610 corrigida anualmente pelo IPCA no mês de julho de cada ano, sendo que no primeiro reajuste, a data de referência foi 01 de junho de 2020.

##### *Resolução nº 11.410*

Em 22 de março de 2022, a ANEEL autorizou a Companhia, através da resolução autorizativa nº 11.410, a implantar reforços nas instalações de transmissão sob sua responsabilidade, assim como estabeleceu os valores das correspondentes parcelas de Receita Anual Permitida - RAP e prazo de execução para estes reforços.

O escopo do Reforço consiste na instalação de unidade Reserva de autotransformador Monofásico 500/230 kV-200 MVA.

A entrada em operação comercial do Reforço ocorreu em 08 de agosto de 2023. Conforme resolução nº 11.410, após a conclusão do Reforço foi incorporada uma RAP adicional no montante de R\$1.508 corrigida anualmente pelo IPCA no mês de julho de cada ano, sendo que no primeiro reajuste, a data de referência foi 01 de junho de 2020.

#### Prorrogação da concessão

A critério exclusivo do poder concedente e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por no máximo igual período, de acordo com o que dispõe o § 3o do art. 4o da Lei no 9.074, de 1995, mediante requerimento da transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. Com exceção a eventuais investimentos incrementais não amortizados, o contrato de concessão não prevê a indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no término do contrato de concessão, conseqüentemente na configuração do plano de negócios ou no cálculo de ativo contratual, a Companhia não considerou nenhum valor residual a título de indenização ao término do contrato de concessão.

# Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação CPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações contábeis de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro, não havendo conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto das demonstrações contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e concluíram que as referidas demonstrações contábeis traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira e as aprovam em 24 de outubro de 2023.

### 2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

### 2.3. Moeda funcional

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, os montantes apresentados foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

# Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

### 2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota explicativa 6 - Ativo contratual da concessão: contabilização de contratos de concessão;
- Nota explicativa 9 - Provisão para contrato oneroso: contabilização da obrigação presente do contrato oneroso.
- Nota explicativa 10 - PIS e COFINS diferidos: constituição de passivo fiscal diferido;
- Nota explicativa 11 - Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos: constituição de IRPJ e CSLL diferido.

#### 2.4.1. Estimativas e premissas

Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato, além da análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada. As estimativas significativas são revistas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente.

# Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 3. Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

### 3.1. Instrumentos financeiros

#### 3.1.1. Ativos e passivos financeiros

##### a) *Ativos financeiros*

##### i) Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48, os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

#### Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

## Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### 3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

##### 3.1.1. Ativos e passivos financeiros--Continuação

###### a) *Ativos financeiros*--Continuação

###### i) Classificação e mensuração--Continuação

Custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados ao contas a receber de clientes.

###### ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

Conforme o CPC 48 o modelo de “perdas esperadas” se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

###### iii) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

# Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 3. Principais práticas contábeis--Continuação

### 3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

#### 3.1.1. Ativos e passivos financeiros--Continuação

##### b) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros estão descritos a seguir:

##### Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

##### Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data do balanço.

# Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 3. Principais práticas contábeis--Continuação

### 3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

#### 3.1.1. Ativos e passivos financeiros--Continuação

##### b) *Passivos financeiros--Continuação*

##### Debêntures

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data do balanço.

#### 3.1.2. Caixa e equivalente de caixa

Mensurados a valor justo por meio do resultado, o caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

### 3.2. Ativo contratual da concessão

O ativo contratual da concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir a infraestrutura de transmissão, uma vez que o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção, sendo mensurado de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato.

Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho tornar-se um contas a receber (ativo financeiro), mensurado de acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, tendo em vista que a Companhia passa a ter direito incondicional ao recebimento.

## Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### 3.2. Ativo contratual da concessão--Continuação

O valor do ativo contratual da concessão é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que representa a contraprestação que a Companhia recebe pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários, sendo estimados no início da concessão, ou na sua prorrogação. Este fluxo de recebimentos é: (i) remunerado pela taxa implícita de 9,91% a.a., para os ativos referentes ao contrato de concessão e 10,31% a.a. e 10,11% a.a., para os ativos referentes aos reforços 1 e 2, respectivamente, que representam o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto; (ii) atualizado pelo IPCA; (iii) revisado a cada 5 (cinco) anos pelo poder concedente na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Adicionalmente, não há alteração da taxa implícita definida no início de cada projeto, qualquer alteração ocorrida no fluxo de recebimentos é reconhecida imediatamente no resultado. Os recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão.

##### 3.2.1. Reconhecimento e mensuração de receita:

As receitas provenientes da prestação de serviços são reconhecidas e mensuradas com base no CPC 47 (IFRS 15). A companhia reconhece receita conforme descrito abaixo:

- (i) Receita de construção: a obrigação de desempenho referente a construção da infraestrutura é satisfeita ao longo do período de construção. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de construção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na construção são reconhecidos como custo de construção quando incorridos. Eventuais ganhos decorrentes de entrada em operação antecipada são reconhecidos ao final do período de construção.
- (ii) Receita de remuneração do ativo contratual da concessão: refere-se a juros reconhecidos com base no método linear que são mensurados com base em uma taxa de remuneração sobre o saldo do ativo de contrato, que reflete uma transação de financiamento da construção da infraestrutura entre a Companhia e o Poder Concedente.

# Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 3. Principais práticas contábeis--Continuação

### 3.2. Ativo contratual da concessão--Continuação

#### 3.2.1. Reconhecimento e mensuração de receita--Continuação

- (iii) Receita de operação e manutenção: seu reconhecimento tem início após o período de construção e entrada em operação da infraestrutura, à medida que a obrigação de operar e manter a disponibilidade da infraestrutura é cumprida. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de operação e manutenção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na operação e manutenção são reconhecidos como custo quando incorridos. Embora a receita seja reconhecida ao longo do tempo, o ciclo da receita de operação e manutenção é mensal.

As receitas de construção e remuneração do ativo contratual da concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, no passivo não circulante.

### 3.3. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

### 3.4. Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, e são calculados conforme previsto no Art.202, I da lei das S.A. "Art. 202. os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto que é de 25%.

# Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 3. Principais práticas contábeis--Continuação

### 3.4. Dividendos--Continuação

A Companhia ao auferir lucro distribui juros sobre capital próprio e dividendos intermediários, se aplicável, somente com a devida aprovação de seus diretores.

### 3.5. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

#### 3.5.1. Provisão para contrato oneroso

Se a Companhia possui um contrato que é oneroso, a obrigação presente do contrato é reconhecida e mensurada como uma provisão. No entanto, antes que uma provisão separada para um contrato oneroso seja estabelecida, a Companhia reconhece qualquer perda por redução ao valor recuperável que tenha ocorrido em ativos dedicados a esse contrato.

Um contrato oneroso como um contrato em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato e este é determinado com base: (a) no custo de cumprir o contrato; ou (b) no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento do contrato, dos dois, o menor. O custo para cumprir um contrato compreende os custos diretamente relacionados ao contrato (por exemplo, os custos incrementais) e uma alocação de outros custos diretamente associados às atividades do contrato.

## Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### 3.5. Provisões--Continuação

##### 3.5.2. Provisões para contingências

As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui processos cujo prognóstico de perda seja provável ou possível.

##### 3.5.3. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment")

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

#### 3.6. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e

# Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 3. Principais práticas contábeis--Continuação

### 3.6. Ativos e passivos circulantes e não circulantes--Continuação

- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

### 3.7. Despesas operacionais

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

### 3.8. Tributação

#### 3.8.1. PIS e COFINS diferidos

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

# Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 3. Principais práticas contábeis--Continuação

### 3.8. Tributação—Continuação

#### 3.8.1. PIS e COFINS diferidos--Continuação

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 9,25% das receitas de infraestrutura e receita de remuneração dos ativos da concessão. Conforme previsto na Lei nº 12.973/14. A liquidação desta obrigação diferida ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão mencionado na nota explicativa nº 3.2.

A Companhia aderiu ao regime tributário lucro presumido a partir de janeiro de 2023, ajustando o seu saldo dos ativos da concessão para uma alíquota de 3,65%.

#### 3.8.2. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados com base no lucro real, a alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos determinadas ou substantivamente determinadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins fiscais. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

A Companhia aderiu ao regime tributário lucro presumido a partir de janeiro de 2023, ajustando o seu saldo diferido.

# Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 3. Principais práticas contábeis--Continuação

### 3.8. Tributação—Continuação

#### 3.8.2. Imposto de renda e contribuição social—Continuação

O cálculo foi realizado utilizando o percentual de presunção de 8% e 12% e as alíquotas de 25% e 9% para o imposto de renda e contribuição social respectivamente e teve como base o saldo da rubrica de ativo contratual da concessão.

### 3.9. Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos.

### 3.10. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações

#### 3.10.1. Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novas normas e revisões as normas já existentes.

As alterações dos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas demonstrações contábeis, sendo as principais:

- Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1): Contrato Oneroso, Ativo Imobilizado (vendas antes do uso pretendido) e Referências à Estrutura Conceitual;
- *IFRS 1 First-time Adoption of International Financial Reporting Standards* - Subsidiária como adotante pela primeira vez;
- *IFRS 9 Financial Instruments* - Taxas no teste de “10 por cento” para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros).

#### 3.10.2. Pronunciamentos contábeis ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia não espera impactos relevantes decorrentes da adoção das referidas normas.

# Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 3. Principais práticas contábeis--Continuação

### 3.10. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações--Continuação

#### 3.10.2. Pronunciamentos contábeis ainda não vigentes--Continuação

- IFRS 17 - Contratos de Seguro: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023;
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações serão válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023;
- Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023;
- Alterações ao IAS 1 e *IFRS Practice Statement 2*: Divulgação de políticas contábeis. As alterações são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023.
- Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023.

### 3.11. Reapresentação de demonstrações contábeis

A Administração promoveu, durante o exercício corrente, a revisão dos critérios de mensuração e reconhecimento do ativo contratual da concessão e reclassificações de determinados saldos divulgados nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Desta forma, em consonância com o parágrafo 14 do CPC 23/IAS 8 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, está reapresentando os balanços patrimoniais, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, conforme demonstrado abaixo:

## Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### 3.11. Reapresentação de demonstrações contábeis--Continuação

##### a) Balanco patrimonial

	Referências	31/12/2021 (divulgado)	Ajustes	31/12/2021 (reapresentado)	01/01/2021 (divulgado)	Ajustes	01/01/2021 (reapresentado)
<b>Ativo</b>							
<b>Circulante</b>							
Caixa e equivalentes de caixa		7	-	7	23.285	-	23.285
Tributos a recuperar	(d)	30	(30)	-	-	-	-
Ativo contratual da concessão	(a)	-	5.322	5.322	-	-	-
Adiantamentos diversos	(d)	7	(7)	-	7	(7)	-
Despesas antecipadas	(d)	56	(56)	-	56	(56)	-
Outros ativos circulantes	(d)	-	93	93	234	63	297
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>100</b>	<b>5.322</b>	<b>5.422</b>	<b>23.582</b>	<b>-</b>	<b>23.582</b>
<b>Não circulante</b>							
<b>Realizável a longo prazo</b>							
Ativo contratual da concessão	(a)	141.161	(5.910)	135.251	91.916	(30.891)	61.025
Depósitos judiciais e cauções		14	-	14	14	-	14
Despesas antecipadas	(d)	-	-	-	56	(56)	-
Outros ativos não circulantes	(d)	-	-	-	-	56	56
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>141.175</b>	<b>(5.910)</b>	<b>135.265</b>	<b>91.986</b>	<b>(30.891)</b>	<b>61.095</b>
Imobilizado		46	-	46	-	-	-
<b>Total do imobilizado</b>		<b>46</b>	<b>-</b>	<b>46</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>141.221</b>	<b>(5.910)</b>	<b>135.311</b>	<b>91.986</b>	<b>(30.891)</b>	<b>61.095</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>141.321</b>	<b>(588)</b>	<b>140.733</b>	<b>115.568</b>	<b>(30.891)</b>	<b>84.677</b>

## Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### 3.11. Reapresentação de demonstrações contábeis--Continuação

##### a) Balanço patrimonial--Continuação

	Referências	31/12/2021 (divulgado)	Ajustes	31/12/2021 (reapresentado)	01/01/2021 (divulgado)	Ajustes	01/01/2021 (reapresentado)
<b>Passivo</b>							
<b>Circulante</b>							
Fornecedores		2.198	-	2.198	3.931	-	3.931
Impostos corrente a pagar	(d)	480	(480)	-	920	(920)	-
Empréstimos		29.484	-	29.484	27.160	-	27.160
Debêntures		36.560	-	36.560	27.876	-	27.876
Outros passivos circulantes	(d)	-	480	480	-	919	919
<b>Total passivo circulante</b>		<b>68.722</b>	<b>-</b>	<b>68.722</b>	<b>59.887</b>	<b>(1)</b>	<b>59.886</b>
<b>Não circulante</b>							
PIS e COFINS diferidos	(c)	13.057	(54)	13.003	8.502	(2.857)	5.645
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(c)	6.840	(2.718)	4.122	10.218	(10.218)	-
Provisão para contrato oneroso	(b)	-	7.461	7.461	-	6.449	6.449
Adiantamento para aumento de capital	(d)	26.553	(26.553)	-	-	-	-
<b>Total passivo não circulante</b>		<b>46.450</b>	<b>(21.864)</b>	<b>24.586</b>	<b>18.720</b>	<b>(6.626)</b>	<b>12.094</b>
<b>Patrimônio líquido</b>							
Capital social		17.801	-	17.801	17.666	-	17.666
Adiantamento para futuro aumento de capital	(d)	-	26.553	26.553	-	-	-
Reserva de lucros	(c)	8.348	(5.277)	3.071	19.295	(19.295)	-
Prejuízos acumulados	(c)	-	-	-	-	(4.969)	(4.969)
<b>Total patrimônio líquido</b>		<b>26.149</b>	<b>21.276</b>	<b>47.425</b>	<b>36.961</b>	<b>(24.264)</b>	<b>12.697</b>
<b>Total passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>141.321</b>	<b>(588)</b>	<b>140.733</b>	<b>115.568</b>	<b>(30.891)</b>	<b>84.677</b>

# Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 3. Principais práticas contábeis--Continuação

### 3.11. Reapresentação de demonstrações contábeis--Continuação

#### b) Demonstração do resultado do exercício

	Referências	31/12/2021 (divulgado)	Ajustes	31/12/2021 (reapresentado)
Receita de infraestrutura, operação e manutenção e outras, líquidas	(a)/(c)	44.690	11.447	56.137
Remuneração dos ativos da concessão, líquida	(a)/(c)	-	16.053	16.053
Custos dos bens construídos e serviços prestados	(b)	(54.802)	(1.013)	(55.815)
<b>Lucro bruto</b>		<b>(10.112)</b>	<b>26.487</b>	<b>16.375</b>
<b>Despesas e receitas operacionais</b>				
Despesas gerais e administrativas	(d)	(1.929)	(2.033)	(3.962)
Provisão de perda de execução de obra	(d)	(2.033)	2.033	-
<b>Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e dos impostos sobre o lucro</b>		<b>(14.074)</b>	<b>26.487</b>	<b>12.413</b>
Despesas financeiras		(251)	-	(251)
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>(251)</b>	<b>-</b>	<b>(251)</b>
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(14.325)</b>	<b>26.487</b>	<b>12.162</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(c)	3.378	(7.500)	(4.122)
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>		<b>(10.947)</b>	<b>18.987</b>	<b>8.040</b>

#### c) Demonstração do resultado abrangente

	Referências	31/12/2021 (divulgado)	Ajustes	31/12/2021 (reapresentado)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(a)/(b)/(c)	(10.947)	18.987	8.040
<b>Outros resultados abrangentes</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<b>(10.947)</b>	<b>18.987</b>	<b>8.040</b>

Este documento foi assinado digitalmente por Luiz Guilherme Godoy Cardoso De Melo, Nilton Bertuchi, Leandro Barbalho De Brito e Beatriz Meira Curi. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br> e utilize o código F4E9-E63B-28DC-2C36.

# Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 3. Principais práticas contábeis--Continuação

### 3.11. Reapresentação de demonstrações contábeis--Continuação

#### d) Demonstração do fluxo de caixa

	Referências	31/12/2021 (divulgado)	Impacto	31/12/2021 (reapresentado)
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social</b>	(a)/(b)/(c)	(14.325)	26.487	12.162
<i>Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:</i>				
Encargos financeiros sobre empréstimos	(d)	-	2.324	2.324
Encargos financeiros sobre debêntures	(d)	-	3.683	3.683
Provisão para contrato oneroso	(b)	-	1.013	1.013
Receita de ativo contratual da concessão	(a)	5.558	(85.106)	(79.548)
PIS e COFINS diferidos	(c)	1.177	6.181	7.358
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(d)	3.378	(3.378)	-
		<u>(4.212)</u>	<u>(48.796)</u>	<u>(53.008)</u>
Total de variações dos ativos operacionais	(a)/(d)	214	46	260
Total de variações dos passivos operacionais		<u>7.280</u>	<u>(9.453)</u>	<u>(2.173)</u>
<b>Caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades operacionais</b>		<u>3.282</u>	<u>(58.203)</u>	<u>(54.921)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aquisição de imobilizado	(d)	-	(46)	(46)
Ativo contratual da concessão	(d)	<u>(58.249)</u>	<u>58.249</u>	-
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) em atividades de investimento</b>		<u>(58.249)</u>	<u>58.203</u>	<u>(46)</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>				
<b>Caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades de financiamento</b>		<u>31.689</u>	-	<u>31.689</u>
<b>Aumento (redução) líquido do caixa e equivalentes de caixa</b>		<u>(23.278)</u>	-	<u>(23.278)</u>
<b>Variação do caixa e equivalentes de caixa</b>				
No início do exercício		23.285	-	23.285
No final do exercício		<u>7</u>	-	<u>7</u>
<b>Variação em caixa e equivalentes de caixa</b>		<u>(23.278)</u>	-	<u>(23.278)</u>

- (a) Revisão das margens de construção e operação e manutenção utilizadas no cálculo do ativo contratual, em função da: i) adoção de projeções de orçamento que refletiam de fato as expectativas de desembolso da administração durante a fase de construção da infraestrutura de transmissão; ii) reavaliação dos percentuais de completude (POC) utilizados para o reconhecimento da receita de construção; iii) modificação da metodologia para determinar as projeções dos custos de O&M, de forma a refletir as premissas previstas nos contratos de concessão; iv) correção da Receita Anual Permitida (RAP) utilizada no cálculo, com o intuito de adequá-la às premissas contratuais da concessão; e v) revisão da taxa de remuneração (taxa implícita) utilizada para o cálculo do valor justo do ativo contratual dos reforços aditivados ao contrato de concessão. Adicionalmente, a administração adotou a variação do IPCA real para o cálculo da atualização monetária da RAP utilizada no cálculo do ativo contratual.
- (b) Reconhecimento de provisão de contrato oneroso oriunda da obrigação de desempenho de operação e manutenção, onde foi constatado pela Administração que os custos inevitáveis de satisfazer a referida obrigação excedem o benefício econômico que será recebido.
- (c) Efeito dos ajustes abordados no item (a) e (b), que resultaram na alteração da destinação do resultado e apuração dos impostos de renda e contribuição social e PIS e COFINS diferidos.
- (d) Reclassificação de montantes de acordo com a natureza dos saldos para melhor apresentação das demonstrações contábeis.

## Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	1	1
Banco	9	2
Aplicação financeira (i)	5.760	4
<b>Total</b>	<b>5.770</b>	<b>7</b>

- (i) O saldo desse grupo é composto de aplicações financeiras automáticas e de Certificados de Depósitos Bancários (CDBs). As aplicações automáticas tiveram remuneração média de 5% durante os anos de 2022 e de 2021, já as aplicações de CDB tiveram início em 2022 com taxa de remuneração de 98% (CDI) em 31 de dezembro de 2022.

### 5. Contas a receber de clientes

	31/12/2022	31/12/2021
Concessionárias e permissionárias (i)	1.335	-
<b>Total</b>	<b>1.335</b>	<b>-</b>

- (i) O saldo apresentado refere-se ao faturamento da RAP, com vencimentos de: R\$160 em 05/01/2023, R\$219 mil em 15/01/2023, R\$746 mil em 25/01/2023 e R\$210 mil em 05/02/2023. A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa (PECLD), pois no caso de não pagamento, a própria, como agente de transmissão, poderá solicitar ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

### 6. Ativo contratual da concessão

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Descrição	Simões		
	Principal	Reforço 1	Reforço 2
<b>Linhas de Transmissão</b>			
Margem de construção	2,44%	2,44%	2,44%
Margem de operação e manutenção - nota 9	50,99%	-46,97%	95,16%
Taxa de remuneração	9,91%	10,31%	10,11%
Índice de correção dos contratos	IPCA	IPCA	IPCA
RAP Anual - Ciclo 2022-2023	12.160	7.980	1.685

## Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 6. Ativo contratual da concessão--Continuação

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (reapresentado)
<b>Saldo inicial</b>	<b>140.573</b>	61.025
Receita de construção	<b>55.087</b>	60.388
Margem de construção	<b>1.342</b>	1.471
Receita de operação e manutenção	<b>304</b>	-
Margem de operação e manutenção	<b>671</b>	-
Remuneração do ativo de contrato	<b>35.036</b>	17.689
Recebimento RAP	<b>(6.689)</b>	-
Impacto da mudança de tributação (i)	<b>(13.154)</b>	-
<b>Saldo final</b>	<b>213.170</b>	<b>140.573</b>
<b>Circulante</b>	<b>12.469</b>	5.322
<b>Não circulante</b>	<b>200.701</b>	135.251

(i) A Administração da Companhia aderiu, em janeiro de 2023, a tributação pelo regime do lucro presumido, razão pelo qual os saldos das contas de ativo de contrato e do passivo fiscal diferido foram ajustados.

### 7. Empréstimos e financiamentos

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

<u>Operação</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Periodicidade amortização</u>	<u>(Taxa efetiva de juros)</u>
Empréstimo BNB (i)	<b>48.489</b>	-	15/09/2040	Mensal	0,991% a.a.
Encargos financeiros sobre empréstimos	<b>126</b>	-			
Cédula de crédito bancário	-	27.000	13/05/2022	Parcela única	DI+4% a.a.
Encargos financeiros sobre empréstimos	-	2.484			
<b>Total</b>	<b>48.615</b>	<b>29.484</b>			

(i) Sobre a dívida, incide a taxa de juros mensais, calculados através da taxa de juros dos fundos constitucionais -TFC, composta pelo fator de atualização monetária FAM e pelo componente prefixado TFC de 0,991% a.a.

## Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 7. Empréstimos e financiamentos--Continuação

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	31/12/2020	Captações	Despesa de juros (ii)	Pagamento de principal	Pagamento de juros	31/12/2021
Cédula de crédito bancário	27.160	-	2.324	-	-	29.484
<b>Total</b>	<b>27.160</b>	<b>-</b>	<b>2.324</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>29.484</b>
Circulante	27.160					29.484
Não circulante	-					-

  

	31/12/2021	Captações	Despesa de juros (ii)	Pagamento de principal	Pagamento de juros	31/12/2022
Empréstimo BNB (i)	-	49.567	949	(601)	(1.300)	48.615
Cédula de crédito bancário (iii)	29.484	-	1.601	(27.000)	(4.085)	-
<b>Total</b>	<b>29.484</b>	<b>49.567</b>	<b>2.550</b>	<b>(27.601)</b>	<b>(5.385)</b>	<b>48.615</b>
Circulante	29.484					1.870
Não circulante	-					46.745

- (i) A Companhia realizou contrato de empréstimo junto ao Banco Nordeste, em maio de 2022, com vencimento em 15 de setembro de 2040 e composto de principal (amortizado mensalmente) e juros (amortizados mensalmente).
- (ii) O valor de juros de empréstimos e financiamentos no ano de 2022 foi R\$2.550 (R\$2.324 em 2021). Entretanto, no resultado foi reconhecido somente o valor de R\$1.756 de juros de empréstimo, o valor de R\$568 foi capitalizado, em 2021 o valor capitalizado foi de R\$2.324.
- (iii) Em maio de 2022 a Entidade efetuou a liquidação das cédulas créditos bancários pelo montante de R\$31.085 (R\$27.000 principal e R\$4.085 juros), com os recursos liberados pelo Banco do Nordeste do Brasil.

#### Cronograma de amortização da dívida

O empréstimo tem seu vencimento assim programado:

Vencimento	31/12/2022
2023	1.870
2024	1.623
2025	1.604
2026	1.809
2027 a 2031	41.709
	<b>48.615</b>

## Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 7. Empréstimos e financiamentos--Continuação

#### a) Empréstimo - Banco do Nordeste do Brasil

Entre os meses de maio a dezembro de 2022, nos termos do contrato de financiamento por instrumento particular nº 187.2020.991.6274 celebrado entre a Entidade e o Banco do Nordeste do Brasil S.A, a Entidade concluiu totalmente o processo de captação, totalizando a liberação de R\$49.567, sendo R\$44.611 no mês de maio de 2022 e R\$4.957 no mês de dezembro de 2022, com vencimento em setembro de 2040. Sobre a dívida incide a Taxa de Juros de Juros dos Fundos Constitucionais -TFC, apurada mensalmente, composta pelo fator de atualização monetária FAM e pelo componente prefixado TFC de 0,991% ao ano.

#### *Garantias*

Cláusula décima nona nos termos do contrato de financiamento por instrumento particular nº187.2020.991.6274:

Fiança bancária garantindo 100% do saldo devedor, mantida até a efetiva liquidação da operação, ou alternativamente, pelo prazo de um ano, com obrigatoriedade de renovação das fianças bancárias com antecedência mínima de 60 dias em relação ao seu vencimento. Caso a fiança bancária não seja renovada, o BNB poderá declarar o vencimento antecipado da dívida.

Parágrafo único: a Fiança poderá ser reduzida a cobertura de 15% (quinze por cento) do saldo devedor do financiamento, desde que atendida as seguintes condições: a) aumento do valor do Fundo de Liquidez constituído na Cláusula - Cessão fiduciária de fundo de liquidez em conta reserva, para R\$1.873 ou o equivalente a 3,78% do valor efetivamente desembolsado, mantido até a integral liquidação do financiamento, b) Conclusão física e financeira do projeto.

#### Vencimento antecipado

O contrato do empréstimo da Companhia possui cláusulas restritivas “*covenants*” não financeiras de vencimento antecipado.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, todas as cláusulas restritivas foram cumpridas.

# Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 8. Debêntures

As debêntures são compostas da seguinte forma:

Operação	31/12/2022	31/12/2021	Vencimento	Periodicidade amortização	(Taxa efetiva de juros)
1ª Emissão de debêntures	9.004	31.710	30/01/2023 (i)	Bullet	DI+7% a.a.
Encargos financeiros sobre debêntures	3.484	4.850			
<b>Total</b>	<b>12.488</b>	<b>36.560</b>			

- (i) Na Assembleia Geral de Debenturista, realizada em 17 de julho de 2023, houve a deliberação sobre as Debêntures, prorrogando a data de vencimento para 10 de janeiro de 2024

A movimentação da debênture está demonstrada a seguir:

	31/12/2020	Captação	Despesa de juros (i)	Pagamento	31/12/2021
1ª Emissão de debêntures	27.876	5.001	3.683	-	36.560
<b>Total</b>	<b>27.876</b>	<b>5.001</b>	<b>3.683</b>	<b>-</b>	<b>36.560</b>

  

	31/12/2021	Despesa de juros (i)	Pagamento de principal	Pagamento de juros	31/12/2022
1ª Emissão de debêntures	36.560	4.346	(22.706)	(5.712)	12.488
<b>Total</b>	<b>36.560</b>	<b>4.346</b>	<b>(22.706)</b>	<b>(5.712)</b>	<b>12.488</b>

- (i) O valor de juros de debêntures no ano de 2022 foi de R\$4.346 (R\$3.683 em 2021). Entretanto, no resultado foi reconhecido somente o valor de R\$810 de juros de debêntures, e o valor de R\$3.536 foi capitalizado, em 2021 o valor capitalizado foi de R\$3.683.

Conforme assembleia geral extraordinária de acionistas da Companhia, realizada em 11 de agosto de 2020, foi aprovada as condições da Emissão das Debêntures e da outorga da Cessão Fiduciária em Garantia.

Referente a autorização temos: (i) A primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias reais e garantia fidejussória adicionais, em série única para distribuição pública, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 476, de 16 de janeiro de 2009, objeto da Escritura de Emissão; e (ii) a outorga das Garantias realizadas com base nas deliberações contidas na assembleia geral extraordinária de acionistas da Emissora realizada em 11 de agosto de 2020 e Assembleias gerais extraordinárias de acionistas da Fiadora, foram realizadas em 19 de junho de 2020 e em 11 de agosto de 2020.

O valor total da emissão correspondeu ao montante de R\$65.000, em série única, atualizados pelo DI + 7,00 % a.a., com vencimento em 13 de agosto de 2021.

Do total das Debêntures emitidas 65.000, foram subscritas 31.710 pelo montante de R\$31.710.

## Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 8. Debêntures--Continuação

Assim, as debêntures no total de 33.290 emitidas e não subscritas, conforme previsto na cláusula 3.8.11 da Escritura de Emissão, serão canceladas, através do instrumento de aditamento da escritura de emissão.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de março de 2022, houve o aditamento com as seguintes alterações: (i) vencimento em 13 de maio de 2022, (ii) em razão da prorrogação do vencimento das Debêntures, o pagamento, aos Debenturistas, de um prêmio no valor de 1% (um por cento) flat, calculado sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados e pagos no dia 13 de maio de 2022, utilizando-se os procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia dessa emissão foram integralmente aplicados no financiamento de projeto de construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia.

Em março de 2022, as debêntures foram parcialmente liquidadas no montante de R\$11.200 (R\$9.341 e juros R\$1.859), com recursos aportados pela acionista LC Energia Holding. Em maio e dezembro de 2022, ocorreram novas liquidações nos montantes respectivos de R\$12.355 (R\$9.846 e juros R\$2.509) e R\$4.862 (R\$3.519 e juros R\$1.343), com recursos liberados pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Na Assembleia Geral de Debenturista, realizada em 17 de julho de 2023, houve a deliberação sobre as Debêntures, prorrogando a data de vencimento para 10 de janeiro de 2024

#### Garantias

O instrumento Particular de escritura da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, conforme item 3.6 “Garantias”, estabelece que:

- (i) Alienação fiduciária da totalidade das ações da Companhia, correspondente a 108.449.177 ações;
- (ii) Cessão fiduciária em conjunto com a Alienação Fiduciária da totalidade dos direitos da Companhia, presentes e futuros e/ou emergentes decorrentes do contrato de Concessão, do Contrato de Prestação de serviços nº 25/2018 celebrado entre a Companhia e o Operador Nacional do Sistema Elétrico-ONS e de todos os contratos de uso de sistema de transmissão de vierem a ser celebrados entre a Companhia e os usuários do sistema de transmissão.

#### Vencimento antecipado

O contrato da 1ª emissão de debêntures da Companhia possui cláusulas restritivas “covenants” financeiras e não financeiras de vencimento antecipado.

# Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 8. Debêntures—Continuação

### Vencimento antecipado--Continuação

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento do endividamento líquido definido na cláusula seis do instrumento particular de escritura da 1ª emissão de debêntures, conforme segue:

- (a) A Emissora obriga-se a manter o endividamento líquido em até R\$ 60.404.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, todas as cláusulas restritivas foram cumpridas.

## 9. Provisão para contrato oneroso

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (reapresentado)
<b>Saldo inicial</b>	<b>7.461</b>	6.449
Remuneração	<b>769</b>	665
Variação monetária	<b>656</b>	347
<b>Saldo final</b>	<b>8.886</b>	7.461
<b>Circulante</b>	<b>300</b>	-
<b>Não circulante</b>	<b>8.586</b>	7.461

## 10. PIS e COFINS diferidos

Correspondem aos tributos diferidos calculados sobre os valores de receitas do ativo de contrato, e são revertidos quando a companhia reconhece a RAP (receita anual permitida).

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (reapresentado)	
Movimentação do ativo contratual da concessão	<b>85.751</b>	79.548	
	<b>85.751</b>	79.548	
<b>Total despesa PIS/COFINS (9,25%) diferido</b>	<b>(7.932)</b>	(7.358)	
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>01/01/2021</b>
	<b>(reapresentado)</b>	<b>(reapresentado)</b>	<b>(reapresentado)</b>
<b>Saldo final do ativo de contrato</b>	<b>213.170</b>	140.573	61.025
<b>Alíquota tributária (i)</b>	<b>3,65%</b>	9,25%	9,25%
<b>PIS/COFINS diferido</b>	<b>(7.781)</b>	(13.003)	(5.645)

- (i) A Administração da Companhia aderiu, em janeiro de 2023, a tributação pelo regime do lucro presumido, razão pelo qual os saldos das contas de ativo de contrato e do passivo fiscal diferido foram ajustados.

## Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. PIS e COFINS diferidos--Continuação

A movimentação de PIS e COFINS está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (reapresentado)
<b>Saldo inicial PIS e COFINS diferidos</b>	<b>(13.003)</b>	(5.645)
Impostos calculados no ano (ii)	<b>(7.932)</b>	(7.358)
Impacto da mudança tributária (i)	<b>13.154</b>	-
<b>Saldo final PIS e COFINS diferidos</b>	<b>(7.781)</b>	(13.003)

- (i) A Administração da Companhia aderiu, em janeiro de 2023, a tributação pelo regime do lucro presumido, razão pelo qual os saldos das contas de ativo de contrato, imposto de renda e contribuição social diferidos foram ajustados.
- (ii) Impostos calculados com a alíquota do lucro real conforme o regime tributário vigente em 2022.

### 11. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro real, conforme segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (reapresentado)
<b>Lucro real</b>		
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ/CSLL	<b>26.228</b>	12.162
<b>Adições/exclusões</b>		
Receita do ativo contratual da concessão	<b>(92.440)</b>	(79.548)
Receita do ativo contratual da concessão (Realizado)	<b>6.689</b>	-
Custo de construção	<b>49.992</b>	54.802
Custo de construção (realizado)	<b>(1.017)</b>	-
Pis diferido	<b>1.415</b>	1.312
Cofins diferido	<b>6.517</b>	6.046
Provisão para contrato oneroso	<b>1.424</b>	1.013
<b>Total dos ajustes temporários do ano</b>	<b>(27.420)</b>	(16.375)
Saldo de ajustes temporários do ano anterior	-	4.252
<b>Base de cálculo acumulada</b>	<b>(27.420)</b>	(12.123)
	-	-
<b>Resultado fiscal do ano</b>	<b>(1.192)</b>	(4.213)
IRPJ sobre ajustes temporários	<b>(6.855)</b>	(3.031)
CSLL sobre ajustes temporários	<b>(2.468)</b>	(1.091)
<b>Total IRPJ/CSLL diferido (ii)</b>	<b>(9.323)</b>	(4.122)

## Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido-- Continuação

	31/12/2022	31/12/2021 (reapresentado)
<b>Ajuste pela mudança tributária</b>		
<b>Saldo inicial do ativo de contrato</b>	<b>140.573</b>	-
Receita do ano	85.751	-
Impacto pela mudança da tributação (i)	(13.154)	-
<b>Saldo final do ativo de contrato</b>	<b>213.170</b>	-
Base presunção IRPJ 8%	17.054	-
Base presunção CSLL 12%	25.580	-
Total IRPJ lucro presumido	(4.263)	-
Total CSLL lucro presumido	(2.302)	-
<b>IRPJ/CSLL - Lucro presumido</b>	<b>(6.566)</b>	-
Saldo inicial dos impostos diferidos	4.122	-
Impostos calculados no ano	9.323	-
<b>Impacto dos impostos diferidos</b>	<b>6.879</b>	-
<b>Total de despesas IRPJ/CSLL - do exercício</b>	<b>(2.444)</b>	(4.122)

#### 11.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos

##### *Despesa de IRPJ e CSLL*

A movimentação de IRPJ e CSLL está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021 (reapresentado)
<b>Saldo inicial dos impostos diferidos</b>	<b>(4.122)</b>	-
Impostos calculados no ano (ii)	(9.323)	(4.122)
Impacto da mudança tributária (i)	6.879	-
<b>Saldo final dos impostos diferidos</b>	<b>(6.566)</b>	(4.122)

(i) A Administração da Companhia aderiu, em janeiro de 2023, a tributação pelo regime do lucro presumido, razão pelo qual os saldos das contas de ativo de contrato, imposto de renda e contribuição social diferidos foram ajustados. Conforme demonstrado na nota explicativa de PIS e COFINS diferido.

(ii) Impostos calculados com a alíquota do lucro real conforme o regime tributário vigente em 2022.

## Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Patrimônio líquido

#### Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2022 é de R\$108.449 (31 de dezembro de 2021: R\$17.801) e está representado por 108.449.177 (31 de dezembro de 2021: 17.801.000) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, detidas integralmente pela LC Energia Holding S.A.

	31/12/2022			31/12/2021		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
LC Energia Holding S.A.	<b>108.449.177</b>	<b>108.449</b>	<b>100%</b>	17.801.000	17.801	100%
	<b>108.449.177</b>	<b>108.449</b>	<b>100%</b>	17.801.000	17.801	100%

Em 21 de março de 2022 houve um aumento de capital no valor de R\$87.299, com consequente emissão de 87.299.000 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, a um preço de R\$1,00 (um real) por ação, totalmente subscritas e integralizadas. Neste ato, houve a integralização de 42.936.543 ações mediante a capitalização de créditos detidos a título de adiantamento para futuro aumento de capital recebidos no ano de 2021 e 2022, e o restante de 44.362.457 ações foram integralizadas em abril de 2022.

Em 5 de setembro de 2022 houve um aumento de capital no valor de R\$3.349, com consequente emissão de 3.349.177 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, a um preço de R\$1,00 (um real) por ação, totalmente subscritas e integralizadas, mediante a capitalização de créditos detidos a título de adiantamento para futuro aumento de capital recebidos no ano de 2022.

Desta forma, a Companhia encerrou o exercício de 2022 com o valor de R\$108.449 na rubrica de capital subscrito e integralizado.

#### Adiantamento para aumento de capital

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Saldo inicial</b>	<b>(26.553)</b>	-
Recebido	<b>(64.095)</b>	(26.553)
Integralização do capital social	<b>90.648</b>	-
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>(26.553)</b>

## Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Patrimônio líquido--Continuação

#### Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, fixado pela legislação societária.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	23.784	8.040
Absorção prejuízos acumulados	-	(4.969)
Base de cálculo reserva legal	23.784	3.071
Reserva legal 5%	(1.189)	(154)
 <b><i>Movimentação da reserva legal</i></b>		
Saldo inicial da reserva legal	154	-
Reserva legal do ano	1.189	154
<b>Saldo final da reserva legal</b>	<b>1.343</b>	<b>154</b>

#### Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. O saldo remanescente terá destinação deliberada em Assembleia Geral.

Em 2022 a Companhia auferiu lucro, porém não propôs o pagamento de dividendos visto que o lucro do exercício foi considerado como lucro não realizado e, portanto, destinado a reserva de lucro a realizar.

#### Reserva de lucros a realizar

Essa parcela advém substancialmente da contabilização de ativos e passivos, cujos prazo de realização financeira ocorrerão em exercícios futuros. Dessa forma, os valores mantidos nessa rubrica serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e realização financeira do saldo de ativo contratual e, conseqüente geração de caixa pela Companhia.

## Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Patrimônio líquido--Continuação

#### Reserva de lucros a realizar--Continuação

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (reapresentado)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	23.784	8.040
Absorção de prejuízos acumulados	-	(4.969)
Reserva legal 5%	<u>(1.189)</u>	<u>(154)</u>
Reserva de lucros a realizar	<u>(22.595)</u>	<u>(2.917)</u>
<b>Movimentação da reserva de lucros a realizar</b>		
Saldo inicial da reserva de lucros a realizar	2.917	-
Reserva de lucros a realizar no ano	<u>22.595</u>	<u>2.917</u>
<b>Saldo final da reserva de lucros a realizar</b>	<u><b>25.512</b></u>	<u><b>2.917</b></u>

### 13. Receita operacional líquida

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (reapresentado)
Receita de operação e manutenção	304	-
Margem de operação e manutenção	671	-
Receita de construção	55.087	60.388
Margem de construção	1.342	1.471
Receita de remuneração do ativo de contrato	<u>35.036</u>	<u>17.689</u>
<b>Receita operacional bruta</b>	<u><b>92.440</b></u>	<u><b>79.548</b></u>
Encargos do consumidor	(66)	-
Pis e COFINS sobre faturamento	(618)	-
PIS e COFINS diferidos	<u>(7.932)</u>	<u>(7.358)</u>
<b>Total de deduções da receita</b>	<u><b>(8.616)</b></u>	<u><b>(7.358)</b></u>
<b>Total</b>	<u><b>83.824</b></u>	<u><b>72.190</b></u>

## Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Custos dos bens construídos e serviços prestados

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (reapresentado)
Custo com construção (i)	(49.992)	(54.802)
Custo com serviços tomados de terceiros	(630)	-
Demais custos	(70)	-
Provisão para contrato oneroso	(1.424)	(1.013)
<b>Total</b>	<u>(52.116)</u>	<u>(55.815)</u>

- (i) Do saldo de custo de construção, R\$568 refere-se a juros de empréstimos e financiamentos (R\$2.324 em 2021) e R\$3.536 refere-se a juros de debentures (3.683 em 2021)

### 15. Despesas e receitas operacionais

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Serviços tomados de terceiros	(1.005)	-
Despesa com energia elétrica	(175)	-
Despesa com viagem	(124)	-
Despesa com correio/cartório	(66)	-
Despesa com impostos e taxas	(87)	-
Outras despesas	-	(1.929)
Provisão de perda de execução de obra (i)	-	(2.033)
Outras despesas e receitas operacionais	(44)	-
<b>Total</b>	<u>(1.501)</u>	<u>(3.962)</u>
Classificados como:		
Despesas gerais e administrativas	(1.457)	(3.962)
Outras despesas operacionais	(44)	-
<b>Total</b>	<u>(1.501)</u>	<u>(3.962)</u>

- (i) Prejuízos sofridos em decorrência dos inadimplementos da Medral no âmbito do contrato EPC. Ciente desse acontecimento, a Companhia provisionou o montante de perda estimada em R\$2.033, tendo em vista a probabilidade de ressarcimento ainda não ser efetiva.

## Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 16. Resultado financeiro

Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Juros e variações monetárias (i)	(2.566)	-
IOF, comissões e taxas	(1.331)	-
Multa e acréscimos moratórios	(448)	-
Outras despesas financeiras	(724)	(251)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(5.069)</b>	<b>(251)</b>
Receita com aplicação financeira	1.142	-
Impostos sobre receita financeira	(52)	-
<b>Receita financeira</b>	<b>1.090</b>	<b>-</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(3.979)</b>	<b>(251)</b>

- (i) O valor de juros de empréstimos e financiamentos e debêntures no ano de 2022 foi R\$2.551 e R\$4.346 (R\$2.324 e R\$3.683 em 2021), respectivamente. Entretanto, no resultado foi reconhecido somente o valor de R\$1.756 de juros de empréstimo e R\$810 de juros de debêntures (R\$0 e R\$0 em 2021), os demais valores foram capitalizados.

### 17. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

	Nível	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativos mensurados ao valor justo pelo resultado</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	1	5.770	7
<b>Ativos mensurados pelo custo amortizado</b>			
Contas a receber de clientes		1.335	-
<b>Passivo mensurados pelo custo amortizado</b>			
Fornecedores		598	2.198
Empréstimos e financiamentos		48.615	29.484
Debêntures		12.488	36.560

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Administração.

## Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Instrumentos financeiros--Continuação

A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual.

#### 17.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez, risco de taxas de juros, risco operacional e risco de capital.

##### Risco de crédito

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

##### Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

# Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 17. Instrumentos financeiros--Continuação

### 17.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

#### Risco de liquidez--Continuação

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

#### Risco de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

#### Risco operacional

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias. A Companhia tem como objetivo a manutenção e constante atualização de seus processos, minimizando, assim, os riscos operacionais e consequentemente reduzindo os eventuais impactos no fluxo financeiro, e danos à sua reputação buscando eficácia de custos para evitar qualquer restrição operacional.

#### Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

### 17.2. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas.

# Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 18. Seguro

	Modalidade	Importância segurada	Período de vigência
Sompo Seguros (i)	Seguro Garantia	1.442	14 de setembro de 2023 até 14 de março de 2024
Tokio Marine Seguradora (ii)	Riscos operacionais	116.749	14 de junho de 2023 até 14 de junho de 2024

(i) Apólice nº 750000300 emitida pela Sompo Seguradora, para cobertura de seguro garantia e seu limite máximo de indenização é de R\$1.442 milhões e um prêmio anual de R\$9.

(ii) Apólice nº 9600002675 emitida pela Tokio Marine Seguradora, para cobertura de seguro contra Danos Materiais (Prédio, MMU e MMP) R\$112.281 e Lucro Cessantes (Lucro Bruto) R\$4.468, com limite máximo de indenização até R\$116.749.

## 19. Eventos subsequentes

Em 14 de julho de 2023, a controladora LC Linhas Holding Ltda. celebrou com o fundo XP Infra II Fundo De Investimento em Participações em Infraestrutura (“XP Infra”) o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (“CCVA”) que trata da alienação da totalidade das ações da LC Energia Holding S.A. (“LC Energia”) para XP Infra. A conclusão do contrato com a alienação da totalidade das ações da LC Energia depende do cumprimento de determinadas condições precedentes.

Em 2023 foram identificados eventos subsequentes relacionados ao recebimento de AFAC. A Companhia recebeu adiantamentos da sua controladora “LC Energia” no montante total de R\$3.316 para aumento de capital futuro. Esse adiantamento será convertido em capital social da Companhia, conforme acordado entre as partes.

\* \* \*

Diretoria

Roberto Bocchino Ferrari  
Diretor

Nilton Bertuchi  
Diretor

Responsável técnico pelas demonstrações contábeis

Leandro Barbalho de Brito  
Contador CRC-RJ 092.334/O-9

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://izisign.com.br/Verificar/F4E9-E63B-28DC-2C36> ou vá até o site <https://izisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: F4E9-E63B-28DC-2C36



### Hash do Documento

E23D842A079FF1409D4820660B08019C5C77F6E2259E6F42338E4CFD19262290

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 16/11/2023 é(são) :

- Luiz Guilherme Godoy Cardoso De Melo (Signatário) -  
219.818.498-23 em 16/11/2023 19:17 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital
- Nilton Bertuchi (Signatário) - 195.514.838-47 em 16/11/2023  
17:04 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital
- Leandro Barbalho de Brito (Signatário) - 052.260.807-86 em  
16/11/2023 16:18 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital
- Beatriz Meira Curi (Signatário) - 345.477.648-16 em 16/11/2023  
15:59 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital

